

4468

Mais de mil apóiam a adoção de índio albino

São Sebastião, SP, (AE) - A funcionária pública Rojanê Couto Souza e seu advogado Paulo Guimarães entregaram ontem à tarde, no fórum de São Sebastião (litoral Norte de São Paulo), o pedido de adoção do índio albino Vanderlei Fernandes. O documento contém mais de mil assinaturas de pessoas que apóiam a adoção.

Além disso, acompanha o pedido um atestado fornecido pelo neuropediatra Gianni Ettore Galimbert sobre a situação de Vanderlei: "desnutrição proteico-calórica grave, retardo global do desenvolvimento neuropsicomotor, albinismo e deficiência visual". Gianni cuidou de Vanderlei durante três meses no Hospital das Clínicas de São Sebastião.

O presidente da Funai, Márcio Santilli, afirmou que a decisão sobre a adoção de Vanderlei será tomada pela comunidade indígena. Ele disse ainda que a administração da Funai de Bauru (SP) tem autonomia para acompanhar o processo de adoção. Segundo a assessoria da Funai de Brasília, existem apenas três casos de adoção de índios no País. Os casos ainda não foram concluídos e referem-se às aldeias de Rondônia, Roraima e Mato Grosso.

Segundo o advogado Paulo Guimarães, existem casos de crianças indígenas que estão sob a guarda de brancos em Ubatuba e São Sebastião, no litoral paulista. Ele contou que até mesmo um tenente da segurança da Presidência da República já conseguiu adotar um índio.

Para Márcio Alvim, chefe do posto da Funai de Boracéia (a 60 quilômetros de São Sebastião), a

comunidade indígena já decidiu sobre a volta de Vanderlei para a aldeia. Segundo ele, o pagé Didiocó e sua mulher cuidarão do menino.

Rojane disse que desde o início de janeiro não consegue autorização para visitar Vanderlei. Segundo ela, a diretora da Casa do Índio do Rio, Eunice Kariry aconselhou a visita só a partir de março. Vanderlei está em tratamento no Rio desde novembro. Segundo Kariry o indiozinho precisa de tranqüilidade. "Ele está progredindo, já foi até a praia à noite", contou.

DEMARCAÇÃO - As comunidades indígenas vão pedir hoje ao representante do Banco Mundial no Brasil, Dennis Mahar, a suspensão temporária dos recursos do Plano Piloto para demarcação de terras indígenas. Cinco líderes dos índios se reunirão à tarde com Mahar, em Brasília, para entregar um documento em que dizem temer que o dinheiro, liberado pelo G-7 (grupo formado por Itália, Alemanha, França, Japão, Estados Unidos, Reino Unido e Canadá), seja usado pelo governo para reduzir o tamanho de reservas já demarcadas, o que é permitido pelo novo decreto 1.775/96 editado pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Além de Mahar, os representantes do Conselho de Articulações dos Povos Indígenas (Capoib) serão recebidos no Bird pelo coordenador do Programa Piloto do G-7, Robert Schneider, e por Daniel Gross, diretor do banco em Washington e encarregado do financiamento para o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Pelos índios participarão da reunião Gersen Baniwa, Orias Manchinery, Puhuy Pataxó, Juvino Kaingang e Almir Suruí.